

# Edenismo e a ecologia da salvação no Brasil colonial

## Edenism and the ecology of salvation in colonial Brazil

Edin Sued Abumanssur<sup>1</sup>  
Giordano Bruno Noli<sup>2</sup>

### Resumo

No presente artigo é abordado o aspecto ecológico contido no ideal de salvação católico que chegou ao Brasil quinhentista. As concepções presentes nas mentalidades dos colonizadores remetem ao mito de Adão e Eva e o paraíso perdido que, após ressignificações, se encontraram operantes durante o período e contribuíram para moldar culturalmente uma relação específica entre condição humana, natureza e ideal salvacionista. Para realizar esse percurso, o conceito de edenismo é trazido da obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*.

### Palavras-chave

Ecologia. Edenismo. Salvação. Adão e Eva. Paraíso.

### Abstract

This article addresses the ecological aspect contained in the ideal of Catholic salvation that arrived in sixteenth-century Brazil. The concepts present in the minds of the colonizers refer to the myth of Adam and Eve and the lost paradise which, after reinterpretations, found itself operating during the period and contributed to culturally shaping a specific relationship between the human condition, nature and the salvationist ideal. To carry out this route, the concept of edenism is brought from the work of Sérgio Buarque de Holanda, *Vision of paradise*.

### Keywords

Ecology. Edenism. Salvation. Adam and Eve. Paradise.

## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é apresentar a constituição no tempo colonial da relação entre ser humano e natureza que influencia a nossa visão ecológica de mundo até os dias atuais. Durante a formação do Brasil colonial, uma ecologia própria se apresentava como sinal de salvação (ou de redenção) nas mentalidades dos europeus aqui aportados. Nesse sentido, remete-se ao mito de Adão e Eva para compreender aspectos dessa relação e, posteriormente, durante o século XVI, destaca-se o conceito de *edenismo*, extraído da obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso*, como forma de se elucidar a antevisão permeada de esperança de que o Éden, antes perdido, tivesse sido avistado por estas plagas.

---

<sup>1</sup> Doutor, mestre e bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo (FTBSP). Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP. Contato: [edin@pucsp.br](mailto:edin@pucsp.br).

<sup>2</sup> Mestre e especialista em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Economista da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. Contato: [gbn100@yahoo.com.br](mailto:gbn100@yahoo.com.br).

## 1 ANTES DA SALVAÇÃO: O PECADO

Antes de abordarmos a representação edênica do Brasil, em seu caráter ecológico-salvacionista, faz-se *mister* adentrarmos na ideia do pecado, que nos remete ao mito de Adão e Eva. Nesse caminho, a interpretação de Santo Agostinho (354-430 d.C.) sobre a narrativa mítica se faz relevante, pois o imaginário religioso do tempo das grandes navegações carrega vivamente consigo a ideia de que a desventura humana é consequência do pecado original.

Essa forma de justificação das misérias humanas encontra-se ativa nas subjetividades europeias no século XVI, especialmente nas classes menos favorecidas, e molda a forma de se interpretar tanto o seu sofrimento frente às dificuldades da vida quanto para criar esperança em nova oportunidade salvacionista, no caso, o *Éden americano*.

O mito de Adão e Eva contém outros elementos que nos são relevantes. Ali, no paraíso, existe uma forma idealizada de relação da humanidade com o seu meio ambiente. Ainda distante do pecado, Adão tinha uma natureza exuberante, dadivosa e amigável ao seu dispor, semeada que foi pelo artífice divino.

O ser humano naquele bosque se encontrava em situação especial na hierarquia dos seres. Se não se igualava ao seu criador, dele também não muito se distanciava. A criação fora para ele disposta por um Pai atencioso, disposto a oferecer à sua criatura, a sua criação. A natureza possuía um desígnio claro: a de servir a Adão. Exemplo da hierarquização dessas relações ecológicas, podemos inferir na passagem em que Deus, após criar os animais, ofereceu-os ao homem para que os nomeasse:

Iahweh Deus modelou então, do solo, todas as feras selvagens e todas as aves do céu e as conduziu ao homem para ver como ele as chamaria: cada qual devia levar o nome que o homem lhe desse. O homem deu nome a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras selvagens, mas, para o homem, não encontrou a auxiliar que correspondesse. Então Iahweh Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou uma de suas costelas e fez crescer carne em seu lugar. Depois, da costela que tirara do homem, Iahweh Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem. (Gn 2,19-22).

Ora, nomear é um ato de poder. Dar nomes é de certa forma diferenciar e se diferenciar do que ou do quem é nominado. A racionalidade moderna que o diga, pois nominar é objetivar, no sentido de tornar objeto. Não é o objeto que se permite perscrutar, mas o sujeito que o coisifica lhe concedendo tal *status* ontológico à revelia do que ou quem é observado.

Qual seja, no aspecto que nos interessa, a narrativa edênica confere diferenciação entre os elementos ali representados, estabelecendo uma relação hierárquica entre Deus, ser humano e natureza.

Retornando ao mito, nos quadros que antecedem a queda, a serpente tentou a mulher a saborear o fruto da árvore proibida, a mulher consentiu com a finalidade de adquirir discernimento, o oferecendo, posteriormente, também ao seu marido. Neste momento percebem

que estão nus e se protegem na vegetação. Deus, notando o ocorrido, amaldiçoa a serpente, a mulher e o homem, estabelecendo a sina de cada um e, por fim, expulsa Adão do paraíso.

À mulher ele disse: “multiplicarei as dores de tuas gravidezes, na dor darás à luz filhos. Teu desejo te impelirá ao teu marido e ele te dominará”. Ao homem, ele disse: “porque escutaste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te proibira comer, maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias da tua vida. Ele produzirá para ti espinhos e cardos, e comerás a erva dos campos. Com o suor de teu rosto comerás teu pão até que retornes ao solo, pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó tornarás”. O homem chamou sua mulher “Eva”, por ser a mãe de todos os viventes. Iahweh Deus fez para o homem e sua mulher túnicas de pele, e os vestiu. Depois disse Iahweh Deus: “se o homem já é como um de nós, versado no bem e no mal, que agora ele não estenda a mão e colha também da árvore da vida, e coma e viva para sempre!” E Iahweh Deus o expulsou do jardim de Éden para cultivar o solo de onde fora tirado. Ele banuiu o homem e colocou diante do jardim de Éden, os querubins e a chama da espada fulgurante para guardar o caminho da árvore da vida. (Gn 3,16-24).

Tal qual é o relato bíblico do sucedido.

### 1.1 Filon de Alexandria e uma leitura pessimista do mito

Filon de Alexandria (15 a.C.-50 d.C.), filósofo judeu-helenista, sendo tributário de ambas as tradições, se reportará aos textos míticos do Antigo Testamento se utilizando da alegoria e do neoplatonismo, ao argumentar que a natureza do homem feito à semelhança do criador tem como expressão as ideias imateriais advindas da divindade, dotadas de perfeição, coisas que na Terra, no pós-queda, o mundo sensível haveria de imitar apenas com limitação (ALEXANDRIA, 2015, p. 59). “O criado à imagem de Deus, contudo, é uma ideia [*idéa*], gênero [*génos*] ou selo [*sphragis*], inteligível, incorpóreo, nem masculino nem feminino, incorruptível [*áphthartos*] por natureza.” (ALEXANDRIA, 2015a, p. 93).

Assim, em alusão a Adão, sua constituição carregaria duas qualidades distintas, uma incorruptível, espelhada na imagem de Deus e outra corruptível, moldada a partir do barro.

A expulsão dos amantes iniciáticos do paraíso marcará, para o autor, a supremacia dos caracteres negativos que implica na corrupção do homem e, por conseguinte, da natureza, uma vez que estando o mal dentro do ser humano ele passa a ter por inimigos as aves e os animais terrestres (ALEXANDRIA, 2015b, p. 66).

Em alusão à passagem que trata da maldição divina que reduz alegoricamente o homem ao pó, Filon argumenta ressaltando a dupla natureza humana, porém, com a predominância daquela originada no pecado:

Em primeiro lugar, é evidente que a criatura terrestre foi composta da terra e do céu. E porque não permaneceu incorrupta [*áphthartos*], mas fez pouco das ordens de Deus, rejeitando a melhor e mais excelente parte, isto é, o paraíso, entregou-se completamente à terra, o elemento mais pesado e mais denso. Em segundo lugar, se tivesse sido desejosa da virtude, que torna imortal a alma, certamente teria obtido o paraíso com seu quinhão. Já que era

## Edenismo e a ecologia da salvação no Brasil colonial

entusiasta do prazer, por meio do qual é levada à morte espiritual, entregou-se novamente à terra; por isso as Escrituras dizem “porque tu és pó, e em pó te hás de tornar”. Desse modo, a terra é o princípio e o fim do homem mau e vil, mas o céu é o do homem virtuoso. (ALEXANDRIA, 2015b, p. 80).

E assim ressaltará o autor, como em outras oportunidades em seu texto, além das alusões altamente depreciativas direcionadas à Eva, o aspecto pessimista da queda refletido nas qualidades degeneradas de Adão ao se permitir provar do fruto proibido. A insubmissão às bondades do criador é também citada frente à degeneração do ser humano. “Mas, agora que a maldade sobrepuja as virtudes, as fontes perpétuas das graças de Deus foram refreadas para não saciar os indignos. Na verdade, era preciso que o gênero humano, para receber a devida punição, fosse aniquilado em paga de sua ingratidão para com Deus, seu benfeitor e salvador.” (ALEXANDRIA, 2015a, p. 103).

A leitura de Fílon quanto ao mito, de caráter pessimista, que opõe duas naturezas distintas do ser humano, uma imaterial e incorruptível e outra sensível e corrupta, com a predominância da última por meio da alegoria da expulsão do paraíso, influenciará sobremaneira leituras futuras, em que a degeneração desse mundo se faz patente e o caminho de ascese passa pelo resgate dessa essência que transita no mundo das ideias. São reflexões de cunho neoplatônico aplicadas à mitologia judaica.

Por sua vez, Paul Ricoeur (1913-2005), filósofo francês, em *O pecado original: estudo de significação*, ao se debruçar sobre o conceito de pecado original, argumenta que sua significação se trata de falso saber, em função de dois aspectos: de um pecado originário e de um vício hereditário. A concepção cristianizada é a de que toda a linhagem de Adão está infectada, condenando todo o gênero humano, inclusive crianças no ventre da sua mãe (RICOEUR, 2008, p. 3). Neste sentido, argumenta o autor em seu esforço de desconstrução:

Penso que é preciso destruir o conceito como conceito para compreender a intenção do sentido: o conceito de pecado original é um falso saber e deve ser destruído como saber; saber quase jurídico da culpabilidade dos recém-nascidos, saber quase biológico da transmissão de uma tara hereditária, falso saber que bloqueia numa noção inconsistente uma categoria jurídica de dívida e uma categoria biológica de herança. (RICOEUR, 2008, p. 4).

De qualquer forma, esse falso saber se faz para o filósofo francês verdadeiro símbolo. A teologia cristã, no caso, veio para se opor à gnose, porém, fazendo algo semelhante ao buscar dar respostas à nossa origem, à origem do mal e de outros dilemas da nossa existência.

Diante do contraste da ideia do mal para o gnóstico, que não se trata de algo interior ao ser humano, mas de um mal contido no mundo (exterior), a tradição católica, que tendo à mão o mito edênico, situou o mal como pertencente à alma humana (interior).

É contra esta gnose do mal que os padres gregos e latinos, com uma unanimidade impressionante, repetiram: o mal não tem natureza, o mal não é

qualquer coisa; o mal não é matéria, não é substância, não é mundo. Ele não é em si, é nosso. O que é preciso rejeitar não é somente a resposta à questão, mas a própria questão em si mesma. Não posso responder *malum* esse (o mal existe), porque não posso perguntar *quid malum?* (o que é o mal?), mas somente *unde malum faciamus?* (donde procede que façamos o mal?). O mal não é ser, mas fazer. (RICOEUR, 2008, p. 8).

Agostinho, referenciado por Ricoeur em sua argumentação contra a gnose (e de certa forma gnóstica), se centra no arbítrio do ser humano (representado por Adão), uma vez que se “há penitência, é porque há culpabilidade; se há culpabilidade é porque há vontade”. O mal se inclina na ação que leva ao distanciamento de Deus, uma *aversio a Deo* (RICOEUR, 2008, p. 9-10).

Tal leitura, que justifica o infortúnio por meio de uma representação religiosa da vida que remete ao pecado original, estava presente sobremaneira na visão de mundo ibérica ao tempo do *descobrimento*. No momento assinalado, a própria condição humana se confundia com o estado da natureza, de semelhante falimento. Assim nos retrata Sérgio Buarque de Holanda: “a infertilidade do solo, a hostilidade dos animais ao homem, a produção, pela natureza, de forma de vida baixas e repelentes, em lugar das criaturas “nobres”, a miséria da humanidade, em geral, sua fragilidade, sua compleição enfermiça e a inclemência das estações.” (HOLANDA, 2020, p. 287).

A força deste retrato desolador é a que se oporá, em igual intensidade, só que no rumo da esperança, a localizar o Éden teral agora em algum ponto do globo, quiçá na América, delineando nas mentalidades uma válvula de escape aos deserdados do mundo frente ao cenário claudicante por eles vivido.

[...] a ideia da corrupção deste nosso mundo e da natureza, em consequência do pecado e da queda, acha-se implantada em todo o sentimento e pensamento cristãos, e deita claramente suas raízes nas Sagradas Escrituras. Não custaria distingui-la já no Gênesis, quando alude à maldição divina lançada sobre a própria terra, que passaria agora a dar cardos e abrolhos. E ainda, para também recorrer ao Novo Testamento, naquele passo da epístola aos Romanos (8,22). Onde está dito que toda a criação, e não somente a espécie humana “geme e padece até hoje” por culpa do primeiro homem. Mas esse pessimismo fundamental já não seria o ponto de partida necessário para a glorificação de outros mundos, das terras incógnitas, porventura ainda virgens e indenes dessa decadência geral, como se neles não tivesse ocorrido o pecado e nem ficassem, deste, as marcas fatídicas? (HOLANDA, 2020, p. 277).

Lá, em um mundo idealizado, a natureza se faz outra, com qualidades que a remetem diretamente ao paraíso antes perdido, podendo oferecer as mesmas benesses que Adão tinha antes de sua expulsão – sinal (ecológico) da salvação.

## 1.2 Ser humano, Éden e natureza: representações medievais e renascentistas

A empresa ultramarina lusitana não apenas lançou suas naus entre os dois continentes, o europeu e o americano, mas também inseriu o espírito português nos pródromos do renascimento. Contudo, assim como as caravelas que transitavam entre as duas extensas porções de terra, o povo lusitano manteve dentro de si caracteres mistos, que denotava um medievalismo insuperado e um renascentismo inconcluso.

Holanda assim retrata a situação da Europa no tempo das *grandes descobertas*:

Não admira se, em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrépitas e homens afanosos, sempre a debater-se contra uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus primeiros visitantes como uma cópia do Éden. Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, repartindo-as por estações e só beneficiando os previdentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade – sinal de imperfeição – de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro. (HOLANDA, 2020, p. 13).

Em um momento de transição do período medieval ao Renascimento, o humanismo mudará essa visão, trazendo consigo nova concepção cósmica do ser humano. Se antes submetido a uma suposta ordem divina e natural, agora o ser caminha a uma percepção quase ilimitada de suas capacidades.

Esse novo ser humano que começa a ser delineado em novas qualidades frente à vida se relacionará com a natureza de maneira diversa do ser medievo. Assim como o humano, a natureza renascentista se encontra prenhe de vida e de possibilidades. Holanda assim ressaltará a natureza renascentista:

Mas, para que aquelas possibilidades e capacidades sejam verdadeiramente eficazes, fazendo-se por vezes realidades, é mister supor um mundo e uma natureza, dóceis às ambições dos homens e solidários com elas. Natureza, essa, ativa e infinitamente criadora, concebida à imagem do homem novo, bem diferente da outra, inerte ou mortalmente ferida por uma calamidade de proporções cósmicas. De sorte que esse exasperado otimismo, fundado na doutrina da excelência e dignidade da condição humana, também há de admitir, necessariamente, a excelência, a dignidade, a virilidade da própria natureza. (HOLANDA, 2020, p. 279).

Um aspecto interessante é o do estreitamento das qualidades ontológicas e ecológicas. A representação da natureza e da condição humana medieval e renascentista trazem consigo esse viés. Talvez esteja de forma tácita, um pouco abaixo da superfície, contrariando as partições criadas pelo Ocidente, que relaciona no íntimo o ser humano e o cosmo, em que uma mudança nos predicados de um, interfere no outro, demonstrando o quão forte é para nós a nossa visão de mundo.

Biologicamente o ser humano medieval é o mesmo do Renascimento e a natureza renascentista se apresenta aos naturalistas da mesma maneira que a medieval, mas o homem e a mulher renascentista e a natureza que os cercam de alguma forma possuem qualidades outras que ao mundo medievo parece fazer falta.

Frente ao surgimento das concepções renascentistas, nos diz o historiador, que a crença de um Éden terreal se amplia, pois o céu, agora, “quase indiferente às contingências terrenas” (HOLANDA, 2020, p. 279) se faz caber, talvez, devido à força coletiva das ideias, em um sítio de salvação no curso da própria vida presente, pois esta se revela cada vez mais repleta de oportunidades, algo inconcebível ao ser humano medieval.

Contudo, a possibilidade de existência de um Éden terreal, reforçada pela influência renascentista no imaginário do ser humano ibérico, foi muito bem aproveitada pela Coroa portuguesa perante seus intentos econômicos de expansão, uma vez que lhe era conveniente quando especialmente direcionada aos expropriados das benesses das conquistas em sua sociedade.

Como vimos, as cores do pecado dos primeiros pais permaneciam ainda vivas no imo de muitos europeus perante uma vida repleta de infortúnios, fazendo a salvação se situar menos em sítio espiritual, alcançável unicamente por outra vida, do que no curso da presente existência, após o Atlântico, nas novas terras *descobertas*.

No contexto apresentado, a expansão de terras corresponde a uma expansão das oportunidades de remissão: adorna-se o discurso expansionista com uma retórica salvacionista.

## **2 O ÉDEN(ISMO) REDIVIVO DAS AMÉRICAS**

O catolicismo, presente no ideário conquistador, mantém viva uma ideia do Éden que, dantes habitado pelo primeiro homem e pela primeira mulher, perdido nos mitos distantes, cantado por Virgílio e Homero em seus poemas, apartado deste mundo corrupto, começa a se revitalizar no imaginário coletivo.

O espetáculo, ou a simples notícia de algum continente mal sabido e que, tal como a cera, se achasse apto a receber qualquer impressão e assumir qualquer forma, suporta assim, entre muitos deles, as idealizações mais inflamadas. Idealizações, estas, de que seria como um “negativo” fotográfico este nosso mundo entorpecido e incolor, e em que parecia ganhar atualidade histórica a possibilidade de remissão. Se isso é especialmente verdadeiro no caso de um Colombo, que por sinal julgava próximo o fim do mundo, precisando mesmo que se daria no ano 1656, nem antes nem depois, não o deixa ser nos de outros navegantes que o antecederam ou sucederam, como Cadamosto, Vespúcio, os dois Caboto, até Verrazzano. (HOLANDA, 2020, p. 282).

Conforme sinalizado, o cenário desgastado da Europa, marcado pela pobreza, conflitos e doenças, faz o imaginário recorrer, frente às notícias de um mundo novo, à esperança de um paraíso recheado de riquezas. Na *virgindade* das novas paragens, o verde, as frutas, traziam um

cenário compatível com aquele jardim que um dia foi habitado, em que não havia fome, nem cansaço, nem quiçá doenças, o local era portador de um clima ameno e a terra produzia continuamente.

Vários serão os fatores que robustecerão a crença no Éden material nas Américas, tais como: a ausência do bem e do mal, devido à suposta ingenuidade dos habitantes aqui estabelecidos; a quantidade de alimentos abundantes, sendo desnecessário à subsistência a exaustão do labor ou o ranger do arado; a presença de uma eterna primavera, de um verde imutável da folhagem, ausente que era a alternância demarcada das estações se comparado com o continente europeu; ademais, o clima se fazia nem quente, nem frio, conforme o mito original.

Ressalta-se, que o tal mito, permeando o imaginário do europeu em relação à conquista do *Novo Mundo*, estabelece uma relação específica entre ser humano e natureza. Tal qual o jardim dos eleitos, o Éden material também se caracteriza, em um primeiro momento, por uma inesgotável fonte de delícias sempre à disposição de seus peregrinos ou aventureiros “virtuosos” nos predicados cristãos, qual seja, “para alguém com ânimo piedoso ou com assomado brio” (HOLANDA, 2020, p. 238).

Assim, assinalará Holanda, que o livro em pauta, *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, trata da “biografia de uma dessas ideias migratórias” (HOLANDA, 2020, p. 24), referindo-se, aqui, ao edenismo, cujas raízes perpassam um longo caminho temporal até se encontrarem atuantes na formação sofrida do Brasil Colônia.

Em um movimento ainda anterior, mas reforçado pelo ímpeto expansionista por parte dos europeus, paulatinamente esse paraíso espiritual, gravado no imaginário quinhentista, começa a *descer*, tomando contornos físicos.

Mediante os traços do português e especialmente pelo advento do Renascimento, pode ser que o maravilhoso paraíso, por que não, se situe no campo das experiências reais, em algum canto das terras recém-descobertas, cujo clima agradável, natureza exuberante e dadivosa, fizesse abrigar em alguma dobra de mata aquele horto aos cristãos destemidos.

Conforme nos diz Holanda:

Sabe-se que para os teólogos da Idade Média não representava o paraíso terreal apenas um mundo intangível, incorpóreo, perdido no começo dos tempos, nem simplesmente alguma fantasia vagamente piedosa, e sim uma realidade ainda presente em sítio recôndito, mas porventura acessível. Debuxado por numerosos cartógrafos, afincadamente buscado pelos viajantes e peregrinos, pareceu descortinar-se, enfim, aos primeiros contatos dos brancos com o novo continente. (HOLANDA, 2020, p. 12).

Quanto a esse *posso* do Éden em algum ponto desconhecido, se instaurou um certo impasse nos autores dedicados ao tema. Se o paraíso pudesse ser concebido em algum sítio físico, qual seria? Alguns colocaram-no para as terras do Oriente, conforme trazido pelo mito, cuja mística e mistério as tomava.

Porém, para chegar até os nossos ares, justamente pensou-se que por uma cabriola pelo Oriente se tombaria certamente na América, o que tornava o continente um tanto oriental a depender do golpe de vista. Mas a discussão não se concentrava apenas sobre esse ponto, uma vez que “o horto dos inocentes não podia ficar em sítio baixo, exposto assim às águas do dilúvio universal, que se destinara a punir a malícia dos homens” (HOLANDA, 2020, p. 242).

Assim sendo, houve aqueles que então deram por localização provável do sítio próximo da esfera da lua, tese admitida, inclusive, por Tomás de Aquino. Para tanto, a proximidade do horto em relação à esfera lunar poderia explicar os eclipses por vezes observados à época e ainda incompreendidos (HOLANDA, 2020, p. 243).

Jean Delumeau (1923-2020), historiador francês, mostra quanto o mito de Adão e Eva se desdobrou através dos tempos de forma a se entrecruzar com a tradição greco-romana, que verteu sobre ele a sua contribuição. O mito judaico seria reinterpretado pelo cristianismo e pelo paganismo ao longo dos epos.

Em curso inverso ao rio que irrigava o paraíso e que depois daria vida a quatro outros, o Fison, o Geon, o Tigre e o Eufrates (Gn 2,10), o mito edênico teve como afluentes pagãos a ideia da Idade de Ouro, dos Campos Elísios e das Ilhas Afortunadas (DELUMEAU, 1992, p. 13). A obra de Delumeau é mais recente que a de Sérgio Buarque, mas é possível identificar tais elementos, em especial a do Campos Elísios e das Ilhas afortunadas nas tópicas<sup>3</sup> destacadas em *A visão do paraíso*.

Tal enriquecimento situou a descrição do Éden no imaginário coletivo em dois fatores: uma paisagem ideal e um *locus amoenus*. Nesta fusão, da concepção cristã do paraíso e da cultura greco-romana evocou três elementos: “uma paisagem concebida como um jardim; uma natureza em estado selvagem, mas maravilhosamente dotada pelos deuses; e o ambiente pastoril do amor” (DELUMEAU, 1992, p. 17).

A respeito das Ilhas Afortunadas, Delumeau reforça que o imaginário edênico quanto ao Brasil está menos na literatura cristã e mais, especialmente, nas concepções pagãs que perpassa o mito. A importância das Ilhas Afortunadas já havia sido encampada por Holanda, porém, Delumeau as associa diretamente ao termo *Brasil*, cujo nome foi paulatinamente transferido a este território após a sua descoberta pelos europeus.

A busca das Ilhas Afortunadas se insere no afã da descoberta de terras venturosas, acessíveis apenas àqueles que carregam o destemor consigo. Várias expedições se lançaram a procura dessas ilhas que agitaram a imaginação dos aventureiros, tanto que sua localização foi cartografada nos mais diferentes pontos conhecidos à época medieval: desde os mares próximos da Irlanda, nas Ilhas Canárias, e até no território que seria conhecido posteriormente por Japão.

Assim apresenta Delumeau:

---

<sup>3</sup> As tópicas, para Luiz Costa Lima, constituem na obra de Sérgio Buarque de Holanda, os motivos edênicos. Trata-se de uma espécie de arqueologia de mentalidades da época que foram reunidas e apresentadas pelo autor.

Entre os lugares feéricos do imaginário medieval as Ilhas Afortunadas e a de São Brandão merecem menções especiais. As primeiras ligam-se, como vimos, a uma tradição poética greco-romana, baseada nos textos de Homero, de Hesíodo e de Plutarco, que situava, além do gigantesco Atlas, ilhas de jardins encantadores, de clima sempre temperado, de brisas perfumadas e onde os homens não tinham necessidade de trabalhar (DELUMEAU, 1992, p. 121).

Uma das estórias mais sabidas em relação às Ilhas Afortunadas teria sido o périplo do bispo São Brandão, abade de Clonfert, Irlanda, falecido no fim do século VI que, em suas viagens teria conhecido as ilhas que remetiam ao mito das ilhas, cabendo seus registros nos mapas posteriores com referência à Ilha de São Brandão. Essa Ilha Afortunada carrega surpreendente relação com o vocábulo *Brasil*, conforme nos esclarece Delumeau:

existiu por vezes uma relação entre ela [a Ilha de São Brandão] e um outro lugar mítico, a ilha do Brasil, Bracile ou Bracir. A palavra Brasil, contrariamente ao que se acreditou durante muito tempo, não parece provir de uma planta tintorial que dá um corante vermelho cor de brasa, mas de um vocábulo irlandês, Hy Bressail ou O Brasil, que significa Ilha Afortunada. Daí a ligação estabelecida por vários mapas, nomeadamente pelo de Gazioso Benincasa, entre a ilha do Brasil e a de São Brandão. Uma e outra tem suas raízes na mitologia celta. (DELUMEAU, 1992, p. 128).

O autor encontrou em diversos mapas, a partir do século XIV, referências à ilha de *Brazil*. Contudo, foi a partir da segunda metade do século XVI que *O Brazil* se referiria com mais frequência às terras “descobertas” por Pedro Álvares Cabral. Nota-se, neste caso, como mais um elemento sugere estreita ligação das terras hoje brasileiras com o imaginário edênico de seu tempo, não somente cristão.

De qualquer forma, referente ao edenismo, durante o período das “descobertas”, Holanda destaca a força dessa ideia no imaginário coletivo daquele tempo, conforme segue:

Presos como se achavam aqueles homens, em sua generalidade, a concepções nitidamente medievais, pode supor-se que, em face das terras recém-descobertas, cuidassem reconhecer, com os próprios olhos, o que em sua memória se estampara das paisagens de sonhos descritas em tantos livros e que, pela constante reiteração dos mesmos pormenores, já deviam pertencer a uma fantasia coletiva. (HOLANDA, 2020, p. 262).

No que tange aos matizes do *Éden americano*, Delumeau (1992) destaca sobremaneira os relatos dirigidos ao Brasil. Há crônicas também sobre o Haiti, a Colômbia e o Peru, bem como sobre a região compreendida hoje pelos Estados Unidos. Porém, o território brasileiro sugere ser, na América, o mais referenciado em cartas e relatos quanto aos seus dotes paradisíacos.

## **2.1 O paraíso: um ideal ecológico como salvação**

Riolando Azzi, tratando da empresa portuguesa de expansão colonial, ressaltará duplo aspecto, o político e o espiritual, porém, a motivação primária do processo colonizador era, sem dúvida, a extração de riquezas dos territórios conquistados à Coroa. “Ao analisar as raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, assinala com ênfase o caráter predatório da colonização lusitana, dedicada prioritariamente à exploração da terra, pondo em risco desde o início a harmonia do sistema ecológico.” (AZZI, 2001, p. 284).

O fato de o poder político se entrelaçar ao espiritual, se chancela a exploração econômica decantada nas colônias como sendo de missão divina, de cumprimento da vontade do criador. Em meio à pilhagem corria a submissão dos que não eram brancos, aos ditames da cristandade, como forma de se obter novos recursos à metrópole.

A exploração do europeu nos territórios coloniais passava pela concepção do meio natural como submisso ao ser humano civilizado. O direito à natureza era uma prerrogativa do projeto civilizador, cuja implementação se encontrava legitimada por uma ideia de uma ordem própria de emanção transcendente, cujo cumprimento satisfazia a vontade de um Deus cristão.

Assim, a um projeto de exploração econômica brutal aos povos originários, se ajuntava uma visão de mundo religiosa condizente, que a validasse. Mediante um projeto econômico de expropriação da natureza, se compatibilizava um processo ideológico que oferecesse guarida a esse ímpeto. Nessa construção ideológica, o mito de criação de Adão e Eva oferecia celeiro confortável. Azzi propõe reflexão no sentido assinalado:

A insubordinação de Adão a Deus, no início da criação, provocara também a insubordinação da natureza ao homem, transformada de bendita em maldita. Por meio da mediação de Cristo – o novo Adão – novamente a ordem fora restabelecida, mas para participar de seus benefícios era fundamental que o homem voltasse a aceitar o domínio divino, colocando-se a serviço de Cristo. Assim sendo, somente os cristãos, fiéis a Deus, tinham o direito de usufruir dos bens da natureza, pois somente eles estavam verdadeiramente no serviço divino. (AZZI, 2001, p. 269).

Por outro lado, no campo das subjetividades, as ideias edênicas parecem preencher uma lacuna na esperança daqueles europeus famintos, doentes e perseguidos – traços do “pecado” que carregavam – que por degredo ou por galhardia, se aventuravam a um recomeço redentor nesta terra. Faz-se importante, também, situar no Brasil um espaço de remissão (ou mesmo como sendo terra de redenção) não apenas em virtude de uma natureza portentosa tal qual a do mito, mas também por indulgência divina que oferece compassivamente a oportunidade de salvação em uma terra de exílio e expiação para tantos.

Assim, a passagem do Gênesis 2-4 parecia servir de chave de compreensão aos oprimidos, tanto para justificarem as misérias padecidas ao seu tempo, em função do pecado original e da justiça divina, quanto também para renovarem suas expectativas de encontrarem, quiçá, sinais de sua salvação nas terras virgens desse “mundo novo”.

## Edenismo e a ecologia da salvação no Brasil colonial

Essa crença possuía grande apelo àqueles infelizes aportados no Brasil cuja marca, nos primeiros capítulos da conquista, é de terra de exílio tanto para o índio e negro escravizados quanto para o português distante de sua pátria. “Na verdade, a nova terra, bem longe de ser um paraíso terrestre, tornara-se efetivamente um lugar de exílio e maldição. [...] Terra de exílio para inúmeros portugueses, deportados para o Brasil não só em virtude de crimes comuns, mas frequentemente por razões políticas e religiosas.” (AZZI, 2001, p. 276).

De qualquer forma, para o lusitano, o paraíso salvacionista estava relacionado a uma natureza dadivosa em recursos que deixassem os homens alheios a qualquer esforço ou trabalho. A concepção de um paraíso terreal faria sentido unicamente nesta forma de relacionamento entre ser humano e natureza: a um ser redimido, a justiça lhe oferecia o gozo perene e o merecido descanso em uma vida de prazeres afastada do suor do labor – sinal este da salvação.

Neste caso, a ascense espiritual se encontra imbricada à ascensão social e econômica na medida em que se passaria a desfrutar dos serviços da natureza sem a atividade fatigante. Visto de outro ângulo, poderia se afirmar que o aspecto soteriológico se relaciona, de certa forma, ao aspecto ecológico, perante uma economia exploratória de traços próprios.

Porém, em comparação, o colono da América do Norte carrega consigo condição outra. A terra não mais é de exílio, mas de promessa: a salvação, no campo das subjetividades, sugere encontrar mais caminho na construção virtuosa que na remissão das faltas.

Holanda assinala diferença no intento colonizador se comparados os espanhóis e portugueses com os anglo-saxões ao norte do continente.

Assim, se os primeiros colonos da América inglesa vinham movidos pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e selva, uma comunidade abençoada, isenta das opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico, os da América Latina se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mudanal e beatitude celeste, que a eles se ofereceria sem reclamar labor maior, mas sim como um dom gratuito. (HOLANDA, 2020, p. 22).

Portanto, em comparação, o colono da América do Norte carrega consigo condição outra. A terra não mais é de exílio, mas de promessa: a salvação, no campo das subjetividades, sugere encontrar mais caminho na construção virtuosa que na remissão das faltas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ÉDEN NO SÉCULO XXI

Se aproximando de uma análise que alcança os tempos atuais, Malcom Ferdinand (2022) aduzirá que essa forma colonial de se lidar com os seres humanos, com os seres não humanos e com o solo constitui uma forma excludente do habitar colonial, que segue presente em nossa organização social e econômica.

Para Ferdinand, o aspecto escravagista e o ecológico se intimizam no processo colonizador, se constituindo a gênese da forma da relação exploratória do mundo atual. O

remédio para uma das partes não soluciona, nem modifica as bases segregadoras da modernidade. Qual seja, não encerram uma política que remete ao porão do navio negreiro.

De certa forma, o processo de independência e o abolicionismo nas colônias, apesar de serem conquistas a esses territórios, teve como preocupação principal o de preservar o habitat colonial por meio do modelo explorador do meio ambiente, as *plantations* – foi uma troca de um senhor por outro senhor.

Assim, o acordo para libertação dos escravizados não incluía revisão quanto ao modelo das *plantations*, inclusive o abolicionismo teria o fim de contribuir com essa forma de produzir ao favorecer o mesmo modelo por meio da mão de obra livre.<sup>4</sup>

O princípio colonizador exploratório, mobilizador de grande quantidade de terras – gerando a sua concentração, a exploração das minas, a negação dos outros humanos e a destruição dos seres humanos e não humanos – se mantém operante em experiências de acumulação de riquezas legitimadas, inicialmente, por uma ideia religiosa de ascese representada justamente pela abundância e eterna disponibilidade dos ecossistemas.

Aparenta que as ideias edênicas foram um caminho de entrada por essas florestas de um conjunto de concepções culturais-religiosas que ajudou sobremaneira a instaurar, de um lado, um profundo processo exploratório de cunho mercantil que engendrou uma relação ecológica compatível, e por outro, as bases de uma pátria espiritual sustentada pela fé salvacionista aos deserdados deste mundo que por aqui vivem.

Temos nos vestígios do mito de Adão e Eva uma representação de mundo em que as bases de uma relação de desigualdade hierarquizada, entre ser humano e natureza, bem como entre homem e mulher, se estabelece. Esse mito se atualiza nos pródromos da *descoberta* do Novo Mundo, lançando um efeito legitimador à instauração pela força de uma cultura europeia sobre as terras e os povos locais, em nova camada de fossilização dessa representação religiosa – o edenismo.

De qualquer forma, as bases ecológicas que o ideal edênico ajudou a semear, seja na credulidade salvacionista dos homens ou nos intentos exploratórios da Coroa, sugerem se manter ativas na lida desta terra.

Ouve-se, em ventos outros, a necessidade de mudanças no sentido de se melhor gerir os recursos naturais, de ampliar a consciência ecológica, mas até que ponto esses novos ares conseguem soprar até uma reflexão sobre o modelo ecológico implantado desde então? Teria ele a força de questionar o paradigma econômico destrutivo que moldou a relações ecológicas desde a colonização, em que a produção da riqueza se faz mais relevante que a reprodução da própria vida?

---

<sup>4</sup> Os movimentos de libertação de países americanos, muitas vezes são geridos por uma camada detentora das terras e das riquezas nacional que busca a supressão do jugo explorador da metrópole, como em relação aos impostos, com o intuito de se beneficiar do modelo explorador. O rompimento da dominação estrangeira não significa a cessão do modelo econômico deletério aos humanos e não humanos e, para Ferdinand, teria o fim de preservá-lo, inclusive pela instituição da mão-de-obra assalariada.

## Edenismo e a ecologia da salvação no Brasil colonial

No que tange o ideal edênico, ele se esfacelará após o duro golpe da realidade colonial no Brasil. Se aqui houvesse um Adão em degredo, seja ele vermelho, negro ou branco, se deitou sobre esse solo não o suor do seu rosto, mas o sangue de sua expiação, corroendo as matas e os montes para desentranhar o que reluz. Raymundo Faoro (1925-2003), jurista e sociólogo brasileiro, neste ponto, evidencia as características presentes nas raízes brasileiras cujos frutos desta árvore ainda fazem pender:

O mundo idílico, voltado para o pobre homem filho da miséria, primeiro capítulo da invenção da América, durou pouco e desapareceu como um sonho. Ele desempenharia seu papel, mensagem cifrada das camadas dominantes aos desamparados, na hora da colonização. A América não seria um exílio, nem o degredo: seria o reino da aventura, do salto da fome à ostentação senhorial. Ainda aí, nessa mágica transformação há subterraneamente, o fio da rede mercantil que devora o mundo. O império da utopia não nega, combate ou se opõe à realidade: ele a substitui, colocando, em lugar do ouro e da prata, a fantasia, para chegar onde o ouro e a prata levam. Ninguém foge ao tempo e à história. Esta máscara, máscara tecida de sonho e de imaginação, cairá, devorada, primeiro pela atividade mercantil, depois pela colonização, que a visão edênica ajudará a promover. Quando a Europa impõe à América suas trocas, seu estilo comercial, seu sistema de exploração, o encantamento se retrai, e o duro [dia a dia], amargo e sem perspectivas, falará a sua linguagem. (FAORO, 2001, p. 125).

Aparenta, assim, que as ideias edênicas foram um caminho de entrada por essas florestas de um conjunto de concepções culturais-religiosas que ajudou sobremaneira a instaurar, de um lado, um profundo processo exploratório de cunho mercantil que engendrou uma relação ecológica compatível, e, por outro, as bases de uma pátria espiritual sustentada pela fé salvacionista aos deserdados deste mundo que por aqui vivem.

De qualquer forma, as bases ecológicas que o ideal edênico ajudou a semear, seja na credulidade salvacionista dos homens ou nos intentos exploratórios da Coroa, sugerem se manter ativas na lida desta terra até os dias atuais. ✨

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRIA, Fílon de. **Da criação do mundo e outros escritos**. São Paulo: Filocalia, 2015a.
- ALEXANDRIA, Fílon de. **Questões sobre o Gênesis**. São Paulo: Filocalia, 2015b.
- AZZI, Riolando. **Razão e fé: o discurso da dominação colonial**. São Paulo: Paulinas, 2001.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- DELUMEAU, Jean. **Uma história do paraíso: o jardim das delícias**. Lisboa: Terramar, 1992.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

RICOEUR, Paul. **O pecado original**: estudo de significação. Covilhã: Lusosofia, 2008.

Recebido em: 04/08/2023.

Aceito em: 15/11/2023.